



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS – PL 9.643/2018

REQUERIMENTO N. _____, DE 2018
(Do Dep. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Especial de Desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás- PL 9.643/2018 para discutir sobre a situação da Eletrobrás.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, em data a ser agendada, para discutir o **Projeto de Lei nº 9.643/2018**, sobre a atual situação da Eletrobrás, as possíveis soluções para a estatal e também, especificamente, a questão da bacia do rio São Francisco.

Para a ocasião, sugerimos os seguintes convidados:

1. **Sr. Arivaldo Miranda** – Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)
2. **Sr. Ildo Luís Sauer** – Vice-Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP).

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O tema em questão é de grande relevância nacional. É necessário esclarecer aspectos do projeto de lei que prevê a desestatização da Eletrobrás. Entre os principais pontos salientamos:

- o programa de revitalização da bacia do São Francisco;
- a alegação da melhora da eficiência *versus* diminuição das tarifas.

Para discutir esses temas e outros presentes no projeto de lei faz-se necessária a presença de especialistas no assunto. Assim, sugerimos os senhores Arivaldo Miranda – Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e Ildo Luís Sauer – Vice-Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP).

Arivaldo Miranda faz parte do comitê da bacia do Rio São Francisco grupo que tem plano de trabalho aprovado no sentido de revitalização do Rio São Francisco e apresenta uma série de informações e apontamentos para a gestão da bacia. O plano é constituído de seis eixos e 22 metas de ação. O documento, cuja validade são 10 anos, traz uma plataforma de ação e um caderno de investimentos, mas sua implementação depende da ação conjunta entre governo federal, estados, municípios, empresas e a sociedade civil.

O documento aponta que o Rio São Francisco pode continuar gerando energia, mas dentro de uma lógica que não prejudique seus demais usos. O plano propõe a incorporação de outras matrizes, sobretudo de energia mais limpa, como eólica e solar.

O outro palestrante, Sr. Ildo Luis Sauer, Ex-diretor da Petrobras de 2003 a 2008 e professor do Instituto de Engenharia e Ambiente da Universidade de São Paulo aponta que a privatização da Eletrobrás tem erros na premissa inicial. Historicamente demonstrou-se que as privatizações não trouxeram melhora na eficiência e que a dívida pública aumentou, as tarifas são acima da inflação. O



CÂMARA DOS DEPUTADOS

professor Ildo Sauer também poderá demonstrar ações equivocadas que ocorreram no passado levando a Eletrobrás está hoje com menor valor de mercado. Assim, poderá sugerir caminhos paralelos ao da privatização.

Sala das Comissões, em de de 2018.

Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PPS/PR